

## PARA UMA REVISÃO DO ARCADISMO BRASILEIRO

---

### *Towards a Revision for Brazilian "Arcadismo"*

DOI: 10.14393/LL63-v40-2024-43

Marcus De Martini\*

---

RESUMO: Este texto é uma resenha da obra *Pedra, Penha, Penhasco: a Invenção do Arcadismo Brasileiro*, do professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) Jean Pierre Chauvin. Na obra, o autor apresenta uma revisão crítica da historiografia sobre o período em questão, propondo novas formas de compreendê-lo com base em noções teóricas desenvolvidas a partir do trabalho de críticos como João Adolfo Hansen, a contrapelo da herança da crítica romântica brasileira, esta ainda presente em manuais e livros didáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Arcadismo. Historiografia literária. Literatura Brasileira. Poética. Retórica.

ABSTRACT: This text is a review for the book *Pedra, Penha, Penhasco: a Invenção do Arcadismo Brasileiro*, by Jean Pierre Chauvin, professor in the School of Communication and Art at the University of Sao Paulo (ECA/USP). In the book, the author presents a critical revision of the Brazilian Arcadian Period ("Arcadismo"), proposing new forms of understanding it based on theoretical notions stemming from the ideas of literary critics such as Joao Adolfo Hansen, which are opposed to the Romantic critical heritage still present in school handbooks.

KEYWORDS: Arcadia. Literary Historiography. Brazilian Literature. Poetics. Rhetoric.

---

---

\* Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor associado no Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). ORCID: 0000-0002-9300-4080. E-mail: marcus.martini(AT)ufes.br.

Publicada em 2023, *Pedra, Penha, Penhasco: a Invenção do Arcadismo Brasileiro*, do professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) Jean Pierre Chauvin, é uma obra que se propõe a questionar as arraigadas noções crítico-literárias de matriz romântica que, ainda hoje presentes em manuais e livros didáticos, permanecem como princípios naturalizados para a compreensão das letras setecentistas “brasileiras”.<sup>1</sup>

Poucos acadêmicos da área de Literatura possuem hoje uma produção tão prolífica e diversificada quanto Chauvin. Autor de artigos que vão de Tomás Antônio Gonzaga a Saramago, passando por escritores tão diferentes quanto Machado de Assis e Agatha Christie, o professor da ECA interessa-se também por discussões que envolvem o *milieu* não apenas acadêmico, mas também político-social brasileiro; atingindo, assim, com seus textos um público que vai muito além dos próprios pares, os quais, atualmente, são, quando muito, os únicos interlocutores para o trabalho intelectual que surge na academia.

De qualquer modo, Chauvin tem dedicado maior atenção às letras setecentistas, de que o livro ora resenhado é testemunho. Como afirma no preâmbulo da obra: “[o] que se vai ler é uma tentativa de síntese (re)formulada ao longo de dez anos” (Chauvin, 2023, p. 11). E prossegue afirmando que, desde que ingressara na USP, havia se comprometido “a estudar mais detidamente a poesia luso-brasileira que circulou entre o final do século XVIII e meados do XIX, com vistas a dialogar com os estudos realizados por João Adolfo Hansen,<sup>2</sup> Alcir Pécora, Joaci Pereira Furtado, Ivan Teixeira e Cilaine Alves Cunha” (Chauvin, 2023, p. 11).

Assim, o livro é um apanhado amplo das questões pertinentes ao estudo do Arcadismo Brasileiro, mas apresentado de forma clara, sintética e acessível. Por isso, a obra interessa não apenas aos especialistas no período, mas também a professores de literatura tanto do Ensino Superior, como do Ensino Médio, bem como a estudantes de Letras, História, ou das Humanidades como um todo.

Publicada em 2023 pela Pedro & João Editores, a obra conta com 99 páginas. A competente “Apresentação” ficou a cargo de Djalma Espedito dos Santos, e a quarta capa, sob os cuidados de Marcelo Lachat. Além da “Apresentação”, o livro conta ainda com o já mencionado “Preâmbulo”, sendo o restante da obra dividido em capítulos temáticos, quais

---

<sup>1</sup> Sobre os problemas impostos por noções como a de “literatura brasileira” e a de “períodos literários” no tocante ao estudo das práticas letradas compostas durante o período colonial, cf. Lachat e Chauvin (2022).

<sup>2</sup> Para se conferir a relação de Chauvin com a obra de Hansen, em especial, pode-se consultar Hansen (2019).

sejam: “Arcádia”, “Arcadismo”, “*Persona Poética*”, “Cânone”, “Decoro”, “Lugares-Comuns na Poesia Setecentista”, “Florilégio da Historiografia Literária Brasileira”, “Releitura de um Paratexto” e, por fim, como não poderia ser diferente, as “Referências”.

No primeiro capítulo, “Arcádia”, o autor inicia suas discussões com uma revisão sobre os estudos mais recentes acerca do “Arcadismo” brasileiro, partindo da tese do pesquisador mexicano Jorge Antonio Ruedas de la Serna, de 1995, que seguia a linha-mestra desenvolvida por seu orientador, Antonio Candido,<sup>3</sup> para passar, a seguir, pela senda aberta pela obra inovadora de Ivan Teixeira,<sup>4</sup> a fim de demarcar o “estado da questão”, a partir do qual seu trabalho se insere. Chauvin então elucida seu problema de pesquisa, seus objetivos e sua metodologia, dos quais o livro é o resultado:

Neste ensaio, discute-se porque [*sic*] os poemas bucólicos que circularam no século XVIII vieram a ser descritos e classificados imprecisamente nos florilégios, coletâneas e manuais de literatura dita brasileira, escritos a partir do século XIX. Para evitar anacronismos, pretende-se situar e caracterizar de outro modo a poesia produzida no universo luso-brasileiro, entre a segunda metade do Setecentos e a primeira metade do Oitocentos, o que implica percorrer versos produzidos por numerosos letrados que viveram aquém e além-mar naquele período. Para isso, consultaram-se coletâneas da poesia produzida durante o Setecentos. Para melhor discorrer sobre a matéria, o trabalho se concentrou em dois vértices: 1. Revisão da historiografia “literária” luso-brasileira, especialmente aquela feita no país; 2. Breve análise de obras produzidas nas partes do reino de Portugal, durante o período. (Chauvin, 2023, p. 17)

E arremata o autor, então, com seus referenciais teóricos:

A poesia atribuída aos homens letrados do Setecentos será considerada como texto e pretexto para ilustrar a tentativa de filiação às *auctoritates* (modelos colhidos na tradição greco-latina, medieval e moderna), e claro, discorrer sobre os usos da retórica e da poética nos versos produzidos, sob a túnica eclesiástica e o manto Real (Kantorowicz, 1997). Tenha-se em mente o caráter convencional e protocolar, aplicado aos poemas e à performance dissimulada dos homens letrados, durante o período – que não guardavam relação direta com o senso “nativista”, nem envolviam “espontaneidade”, fruto de sentimentos “inspirados” pela natureza local. (Chauvin, 2023, p. 17-18)

No capítulo seguinte, “Arcadismo”, o autor aprofunda o “estado da questão”, operação necessária para que aponte mal-entendidos sobre o período, os quais, repetidos em

---

<sup>3</sup> Para mais, ver a clássica obra de Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, de 1959.

<sup>4</sup> Especialmente, Teixeira (1999).

manuais e livros didáticos, acabaram se tornando verdadeiros truísmos sobre o assunto. Como sintetiza muito bem Chauvin:

Até a década de 1980, dois métodos antagônicos despontaram. De um lado, sobrevalorizava-se a literatura produzida no país a partir do Oitocentos e atribuía-se aos textos da “era colonial” o papel de prenúncios, de “manifestações” antecipadas do que se fez “espontânea”, “honestamente” e “sem regras”, a partir do Romantismo. Salvo raras exceções, um dos lastros dessa vertente crítica evolucionista são os manuais da historiografia tradicional. Suas matrizes remontam a Januário da Cunha Barbosa (1829), Francisco Adolfo de Varnhagen (1850), Sílvio Romero (1888), João Ribeiro (1906), José Veríssimo (1916), Ronald de Carvalho (1919) etc.

Em outro grupo, constituído entre as décadas de 1980 e 1990, propunha-se perspectiva bem diferente. Aqueles pesquisadores passaram a considerar os aspectos históricos, protocolos de leitura, a aplicação de preceptivas, a emulação de modelos pelos poetas luso-brasileiros, os meios de circulação oral/escrita (Daher, 2018) – razão pela qual valorizam a “materialidade” e o “suporte” textual – de que fala Roger Chartier (2017), com que objetivam reconstituir a “primeira legibilidade” dos textos, como defendem João Adolfo Hansen (1989; 2004; 2012; 2013), Alcir Pécora (1994; 2001), Joaci Pereira Furtado (1997), Ivan Teixeira (1999; 2005; 2008; 2013), Maria do Socorro Fernandes de Carvalho (2007; 2022), Djalma Espedito de Lima (2008), Marcello Moreira (2011; 2013), Cleber Felipe (2018), Marcelo Lachat (2018; 2022), entre outros. (Chauvin, 2023, p. 21-23)

Portanto, a tendência ainda hoje encontrada nos livros de caracterizar o “Arcadismo” como um período “intermediário” entre o “Barroco” e o Romantismo, apresentando já características “pré-românticas”, como o despontar de um sentimento nativista e de uma poesia emotiva e sincera, seria resquício ainda da crítica do século XIX. A própria tendência a reduzir o “Arcadismo” aos poetas inconfidentes desconsideraria o fato de que já havia academias literárias na Bahia pelo menos desde 1720 (Chauvin, 2023, p. 25). Além disso, é preciso notar que, com base no excerto acima e no que havia afirmado no “Preâmbulo”, fica evidente que Chauvin se insere no segundo grupo destacado acima, o que permite ao leitor melhor contextualizar sua proposta de trabalho.

O terceiro capítulo da obra, “*Persona poética*”, deslinda justamente um dos problemas destacados acima, talvez o mais recorrente nos livros didáticos, especialmente quando pensamos em *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, que é o de projetar uma subjetividade nos versos árcades e/ou ainda o de encontrar ali a referência a uma verdade empírica, mesmo que porventura cifrada. Afirma então Chauvin:

No que se refere aos textos produzidos em Vila Rica, Lisboa, Coimbra, cidades de Angola, Açores ou Moçambique, não há sentido em atribuir aos “pastores” figurados em verso o papel de “homens” sensíveis praticantes de uma poesia confessional; nem sinceros, porque libertos do “cultismo” ou “culteranismo” praticado até o século anterior; tampouco “espontâneos”, por abordarem temas supostamente insuflados pela natureza, ao calor e segundo o impulso de ditames anímicos. Tratava-se de instâncias de uma *persona*, “eu” figurado, previstas e projetadas como *éthos* no discurso, em acordo com a conveniência – como recomendavam os manuais de Retórica e Poética, lidos e aplicados pelos homens afeitos à convenção literária, em seu tempo. (Chauvin, 2023, p. 29-30)

Depois de levantar, nos três primeiros capítulos da obra, problemas teóricos implicados na compreensão da poesia anterior ao Romantismo em geral, e setecentista em particular, que teriam sido desconsiderados pela tendência crítica tradicional, que reverberaria ainda postulados críticos com raízes no XIX, como vimos, o quarto capítulo do livro, “Cânone”, questiona se essa postura “conservadora” não seria devida à “canonização” de determinados procedimentos críticos, que passam a ser vistos como verdades absolutas por certos grupos que “sacralizam pressupostos, métodos e objetivos de leitura” (Chauvin, 2023, p. 33). A partir disso, Chauvin levanta, não sem um grão de ironia, algumas questões que são centrais para o seu trabalho:

1. Teriam os historiadores da literatura (luso)brasileira desistido de reformular novos juízos em respeito à tradição? Ou não viram necessidade de assim proceder?
2. O chamado “Arcadismo” luso-brasileiro continuará a ser caracterizado como movimento cultural (Neoclassicismo) e político (Conjuração Mineira) “localista” e “patriótico”, a fomentar um suposto nativismo “brasileiro” *avant la lettre*?
3. Aqueles homens letrados (quase todos funcionários da coroa, mineradores e escravocratas) poderiam ser considerados “revolucionários”, “libertários”, iluministas, pré-burgueses?
4. Os “arcades” penariam de saudade, quando longe de Marília, Nise ou Glaura? Sentiriam falta do “pátrio rio”, enquanto flanavam entre Roma, Coimbra e a corte lisboeta? (Chauvin, 2023, p. 41)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Um caso interessante para se discutir essa questão seria o de Basílio da Gama, por exemplo. Não obstante a publicação bem-sucedida d’*O Uruguay*, que viria a ser posteriormente considerado por muitos a fonte primeira do indianismo romântico, o poeta, ao se estabelecer definitivamente em Portugal, não demonstra aparentemente nenhum desejo de retornar à terra que cantara em seu poema épico. Sobre o caso, vale consultar o que dele disse Sérgio Buarque de Holanda (1991). A propósito, a obra crítica desse grande intelectual acerca da literatura colonial é, talvez, a única ausência realmente notável na extensa revisão da literatura sobre o assunto que faz Chauvin, muito embora, é bem verdade, seja ela anterior ao recorte teórico proposto por este. Apesar de a obra ter sido organizada postumamente por Antonio Candido, não se pode afirmar que o primeiro

Arriscando-me na tentativa de levantar algumas hipóteses provisórias para responder a essas perguntas, acredito que seja possível fazê-lo, pelo menos em parte, no que as questões têm de mais geral e mundano: o fato levantado pelo próprio autor de que poucas pessoas realmente se interessam em estudar as letras setecentistas. Assim, um professor, seja ele universitário ou do ensino médio, quando forçado, pelas circunstâncias dos programas das disciplinas, a ministrar aulas sobre o período, acaba por repetir o que encontra de mais autoritativo e recorrente sobre o assunto. Isso, pelo menos em parte – repito – explicaria a inércia historiográfico-literária apontada pelo autor e, por isso, a tendência é que – respondendo às demais questões – a situação continue a mesma. Daí a importância de obras como a que ora resenhamos, para que tais questionamentos e novidades cheguem àqueles que estão de fato formando novos leitores e professores.

Dando início a um segundo movimento na obra, em que se problematizam algumas noções caras a essa tradição crítica “nacionalista” e caudatária do Romantismo, o quinto capítulo, “Decoro”, aborda a dívida da poesia árcade com a convenção de seu tempo. Assim, como explica Chauvin, é paradoxal afirmar-se que essa poesia, calcada na imitação de autoridades, pudesse ser sincera e subjetiva. Muito menos que fosse original, nativista e/ou que estivesse “renovando” a literatura brasileira. Antes disso, a poesia era uma atividade que possibilitava a demonstração de virtudes caras ao corpo místico do Estado, o trânsito social, a obtenção de mercês etc.

Esse movimento questionador prossegue no capítulo seguinte, “Lugares-Comuns na Poesia Setecentista”. Nele, Chauvin aborda, por meio de uma crítica à tese de Ruedas de la Serna, a leitura feita pelo orientador do crítico mexicano, Antonio Candido, de que a “pedra” teria um valor simbólico na poesia de Cláudio Manuel da Costa. Como demonstra Chauvin, pedras, penhas, penhascos e similares (a que faz referência o agudo título da obra ora resenhada) são antes lugares-comuns da poesia do tempo, sendo reproduzidos na obra dos mais diversos poetas contemporâneos ao autor de *Vila Rica*. Desse modo, Chauvin procura demonstrar as ciladas críticas impostas por uma leitura que se quer biografista, em um tempo em que os protocolos poéticos eram outros.

---

estivesse totalmente alinhado com o segundo. Poucos críticos literários de formação foram capazes de fazer tantos comentários estilísticos e filológicos sobre as letras setecentistas com a minúcia de Holanda. Sobre a relação entre as obras de Candido e Holanda, ver Nicodemo (2018).

O penúltimo capítulo, “Florilégio da Historiografia Literária Brasileira”, como que faz o fechamento do livro, buscando então responder à pergunta embutida em seu subtítulo: afinal, quem inventou a noção de “Arcadismo”?

Pontua Chauvin:

Nascidas sob o afluxo da independência do país, na década de 1820, e servindo à concepção grandiloquente da memória cultural (luso)brasileira, nas décadas seguintes, as antologias de literatura brasileira aderiram aos pressupostos românticos e secundaram o método positivista de interpretar as letras nacionais, como se se tratasse de um organismo que teria evoluído do colonialismo revoltoso ao rematado patriotismo. A grande ironia é que essas antologias de autores, obras e movimentos literários costumam ser pouco originais, embora parte expressiva dos historiadores literários, ainda hoje, despreze a obediência a preceitos e menospreze a emulação de obras pelos tratadistas, padres, poetas e prosadores que apresentam. (Chauvin, 2023, p. 63)

Assim, ao analisar essas obras, desde Varnhagen, no século XIX, até as mais recentes antologias, conclui o autor:

O exame das antologias e manuais publicados no Brasil entre 1850 e 2022 permite detectar arbitrariedades subjacentes à sedimentação das letras “nacionais”; o uso indevido de conceitos e a disseminação de anacronismos, que se refletem: (A) nos critérios que orientam a periodização literária; (B) na canonização de autores, obras (e, por extensão, de críticos literários); (C) na concepção biografista das obras, paralela à psicologização dos autores; (D) no abasileiramento (quase sempre ufanista) de autores e obras produzidas antes de o Estado do Brasil se tornar independente em relação a Portugal; (E) na desconsideração dos artifícios a que homens e mulheres letradas recorreram ao compor suas *personae* poéticas, enunciadores, narradores e personagens. (Chauvin, 2023, p. 75)

No que toca à noção de “arcadismo”, como o autor já havia antecipado em capítulo anterior, o termo provavelmente surgiu como forma de identificar esse “movimento” e organizá-lo didaticamente com base na leitura de fundo romântica que constitui uma história da Literatura Brasileira que se inicia antes mesmo da Independência do país (Chauvin, 2023, p. 53). No entanto, a fim de diferenciar, dentro do século XVIII, os árcades mineiros dos acadêmicos baianos, que lhes eram anteriores, convencionou-se classificar estes últimos dentro de um movimento chamado de “Academicismo”. A operação, evidentemente, não sem juízos prévios, como assevera Chauvin (2023, p. 76), colocaria os primeiros em posição privilegiada em relação aos outros. Seriam basicamente os poetas da “Academia Ultramarina”,

enfim, que formariam o “Arcadismo Brasileiro”, conforme sedimentado em manuais e livros didáticos de Literatura. Tais materiais, por sua vez, acabariam por engessar a apresentação dos fenômenos poéticos da época, que passam a ser lidos a partir de categorias trans-históricas e anacrônicas, exemplificadas em um cânone restrito aos mesmos poemas de sempre, perpetuados através dos anos, despertando pouquíssimo interesse a quem quer que seja (Chauvin, 2023, p. 79).

Formando uma espécie de disposição em anel, o último capítulo, “Releitura de um Paratexto”, retorna àquele que seria o documento inaugural do Arcadismo brasileiro, o “Prólogo” das *Obras* de Cláudio Manuel da Costa. Com uma breve apresentação, Chauvin antepõe ao texto algumas noções peculiares aos prólogos da época e, com base nos protocolos de leitura que apresentou em seu livro, convida o leitor a reler o prólogo do poeta mineiro, de modo a que, munido agora de novas categorias de análise, possa tirar suas próprias conclusões acerca do que fora explanado até ali.

Por fim, seguem as extensas referências bibliográficas que foram utilizadas para compor esse consideravelmente breve, mas concentrado e instigante, livro. As obras listadas ali têm um valor à parte, uma vez que são uma bibliografia completa e atualizada pronta para qualquer um que queira começar a estudar a poesia setecentista; bibliografia essa dentro da qual *Pedra, Penha, Penhasco* certamente passou a ter um lugar de destaque desde sua publicação.

## Referências

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 7. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993 [1959].

COSTA, Cláudio Manuel da. **Obras**. Coimbra: Oficina de Luiz Secco Ferreira, 1768.

COSTA, Cláudio Manuel da. Vila Rica. In: TEXEIRA, Ivan (Org.). **Multiclássicos – Épicos**. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial do Estado de SP, 2008.

CHAUVIN, Jean Pierre. **Pedra, Penha, Penhasco: a Invenção do Arcadismo Brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

GAMA, Basílio da. O Uruguay. In: TEIXEIRA, I. (org.). **Obras Poéticas de Basílio da Gama**. São Paulo: Edusp, 1996.



GONZAGA, Tomás Antônio. Marília de Dirceu. *In*: LAPA, M. (ed.). **Obras completas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

HANSEN, João Adolfo. **Agudezas seiscentistas e outros ensaios**. São Paulo: EDUSP, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de literatura colonial**. Organização, introdução e notas de Antonio Candido. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LCHAT, Marcelo; CHAUVIN, Jean Pierre. Sobre as Letras na Terra do Brasil: conceitos e tempos. *In*: LCHAT, Marcelo; CHAUVIN, Jean Pierre (org.). **As Letras na Terra do Brasil (séculos XVI a XVIII)**: uma introdução. Cotia: Ateliê, 2022. p. 11-46.

NICODEMO, Thiago Lima. Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda: esboço de uma biografia cruzada. **Revista USP**, n. 118, p. 105-116, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i118p105-116>.

SERNA, Jorge Antonio Ruedas de la. **Arcádia**: tradição e mudança. São Paulo: Edusp, 1995.

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica**. São Paulo: Edusp, 1999.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Florilégio da Poesia Brasileira ou collecção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos deles, tudo precedido de um Ensaio Historico Sôbre as Lettras no Brazil**, Tomo I. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1946.

Recebido em: 20.06.2024

Aprovado em: 29.08.2024